

IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, segunda-feira, 03 de junho de 2024 - diario.eletronico@ibitinga.sp.gov.br - Ano VI - Edição 1.233

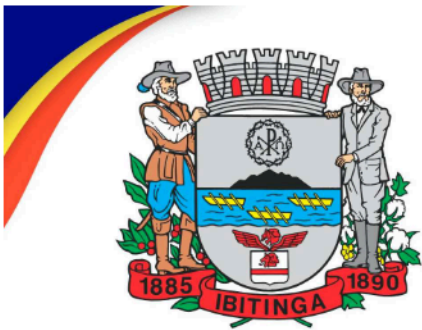
COMUNICADOS

ATA DA ADUIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 8.5.2024

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ESCLARECIMENTO E DISCUSSÃO DO CUMPRIMENTO DO DECRETO MUNICIPAL 5.333.2021 E DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO NOS AUTOS DO INQUÉRITO CIVIL Nº 9.2008 DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS HUMANOS DA COMARCA DE IBITINGA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2010.

No dia 08 de maio de 2024, às 19 horas, no Auditório da Associação Ibitinguense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, localizado na Rua Antônio Casemiro, 45 – Jardim Petrópolis, Ibitinga-SP, foi iniciada a Audiência Pública para esclarecer e discutir o cumprimento do Decreto Municipal 5.333.2021 e do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado nos Autos de Inquérito Civil nº 9.2008 da Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da Comarca de Ibitinga, em 07 de outubro de 2010, de autoria do Presidente da Câmara Municipal, Adão Ricardo Vieira do Prado, e demais vereadores. O assunto foi esclarecido na audiência pública sobre o Ofício nº 104.2024, protocolado por unanimidade dos vereadores em 26 de abril de 2024. O Presidente da Câmara, Adão Ricardo Vieira do Prado, iniciou a audiência informando que a mesma seria transmitida ao vivo pelo Facebook oficial da Casa e, após o término, a gravação de vídeo seria postada no site da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga (www.ibitinga.sp.leg.br). Informou também que a população poderia participar remotamente através do e-mail informacao@camaraibitinga.sp.gov.br, informando nome completo, CPF e identificando o assunto como "AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 08/05/2024". O Presidente informou que seria elaborada uma ata pelos vereadores presentes e estabeleceu que a duração máxima seria de duas horas, com possibilidade de prorrogação. Os participantes incluíam os vereadores José Nilson Viana, Edson Fernando Inácio, Célio Aristão, Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério, Daniela Cristina Souza Branco de Rosa, Janaina Bastos, Marco Antônio da Fonseca, Murilo Bueno e Richard Porto de Rosa, além de convidados como Ticiane Patrícia Moreira (Secretária Municipal de Administração), Ângelo Paez (Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico), Tenente Rossi (5ª Companhia da Polícia Militar), Paulo Aparecido Verderi (Diretor de Trânsito e Mobilidade Urbana), Mauricio Jean Machaanlani (Presidente da Associação Comercial e Industrial) e Frauzo Ruiz Sanchez (Vice-Prefeito Municipal, representando a Prefeita Maria Cristina Kalil Arantes). O Presidente saudou os presentes no auditório e os que acompanhavam pelas redes sociais. Em seguida, estabeleceu critérios para participação na discussão, permitindo questionamentos aos vereadores e autoridades convidadas, com tempo limitado a 10 minutos para perguntas e respostas. O vereador Marco Antônio da Fonseca inicia questionando sobre o esclarecimento do requerimento para otimizar a Audiência Pública. Ele menciona que, durante o mês de abril, a Câmara

Municipal foi procurada por alguns empresários e durante a sessão, foi aberto o uso e a explanação de representantes, incluindo o Diretor de Turismo Ângelo Paez. Após a sessão, foi decidido realizar uma Audiência Pública, assinada por todos os vereadores, para discutir o Decreto 5.333 de 2021, que trata dos produtos permitidos e não permitidos na feirinha, bem como os locais de comercialização e o Decreto assinado em 7 de outubro de 2010, sobre o uso e ocupação das calçadas. O principal ponto de preocupação dos lojistas é que a Prefeitura Municipal cumpra e faça cumprir o Decreto, tanto em relação aos locais determinados para venda quanto ao uso e ocupação das calçadas. Ele ressalta que a reunião não é contra a feirinha, mas expressa indignação dos empresários/comerciantes com a falta de fiscalização e a presença de vendedores não autorizados, o que gera concorrência desleal. O vereador Marco solicita à Secretaria de Administração Municipal, Ticiane, que seja disponibilizado um telefone para receber denúncias, especialmente aos sábados, quando ocorrem mais problemas, e para garantir uma resposta rápida e eficaz por parte da Prefeitura e das autoridades competentes. A Secretaria de Administração Municipal, Ticiane, responde que o canal de comunicação para denúncias pode ser feito através do número 153, que direciona as chamadas para a Guarda Civil Municipal (GCM). Ela destaca que Ângelo e Daniele acompanham a feirinha desde cedo aos sábados, junto com a GCM, realizando visitas, vistorias e abordagens, o que tem se mostrado mais efetivo e rigoroso nas últimas semanas. Além disso, informa que a Prefeitura está programando ações durante a semana para lidar com o aumento do movimento na cidade, especialmente às quartas e quintas-feiras, quando o fluxo de pessoas e veículos aumenta. Em seguida, Ângelo Paez, Secretário de Turismo Municipal, relata uma denúncia recebida em seu celular, na qual imediatamente se dirigiram ao local com Daniele e a equipe da GCM. Eles abordaram a ambulante que vendia toalhas de banho, conversaram com ela e a orientaram sobre as regulamentações. Após isso, foram à casa da pessoa e realizaram o cadastro para que pudesse trabalhar dentro da lei. Ângelo reforça o apoio do Executivo, Legislativo, comerciantes e população para denunciar essas situações e ressalta que está disponível para contato, inclusive por mensagem, para agir rapidamente em casos semelhantes. Após a explanação do Vereador Marco, o Presidente da sessão solicita a palavra ao Vereador Murilo Bueno onde ressalta que a preocupação da Casa vai além do cumprimento do Decreto, ele questiona por que a atividade delegada da Polícia Militar, anunciada pelo Diretor de Turismo Ângelo Paez em 23 de abril, só foi implementada recentemente, considerando que o convênio está em vigor desde 2018. Ele levanta a questão de por que essa ferramenta não foi utilizada anteriormente, dada as reclamações dos lojistas, mesmo quando o convênio já estava em vigor. A Vereadora Daniela Branco de Rosa complementa, explicando que a atividade delegada para a Polícia Militar foi aprovada em 2022, apesar de uma tentativa anterior em 2018. Ela esclarece que o projeto foi viabilizado e aprovado em 2022, permitindo a contratação de policiais em folga para atividades de fiscalização. O Vereador Marco acrescenta que a lei é de 2018, mas a contratação dos policiais em



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

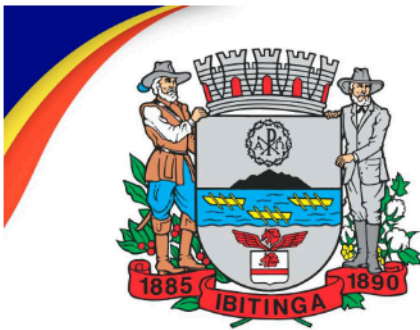
PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, segunda-feira, 03 de junho de 2024 - diario.eletronico@ibitinga.sp.gov.br - Ano VI - Edição 1.233

folga só se tornou possível em 2022. O Secretário de Turismo, Ângelo Paez, explica que desde que assumiu a diretoria em janeiro, teve reuniões com a Prefeita e outros responsáveis para discutir a implementação da atividade delegada. Ele destaca o trabalho conjunto com Daniela e Braz (Presidente da AETI), os quais já realizavam visitas à feirinha e arredores da rodoviária. Porém, ressalta que não pode responder por eventos anteriores, já que não estava na diretoria na época, e passa a palavra para o Diretor de Trânsito, Senhor Verderi. Verderi relata que, após a promulgação da legislação, a Guarda Municipal começou a agir mais rigorosamente com os comerciantes de fora que vendiam produtos não autorizados, visando proteger os comerciantes locais que pagavam impostos corretamente. Ele explica que a presença da atividade delegada coincidiu com o período pós-pandemia, o que ajudou a conter essas práticas. Verderi destaca a importância da conscientização e orientação dos ambulantes, ressaltando que a Guarda Municipal não estava conseguindo lidar com a situação antes da implementação dessa legislação. Verderi reconhece que muitos comerciantes conhecem a legislação, mas acabam desobedecendo-a, e destaca a importância de seguir as leis para garantir a ordem na feirinha. Em seguida, Murilo direciona uma pergunta à Secretaria de Administração, Ticiane, referente à Lei Complementar nº 227, aprovada em março de 2022, que criou três cargos de fiscal de postura em Ibitinga. Ele destaca que o fiscal de postura é responsável pela fiscalização das situações mencionadas pelos lojistas e questiona o motivo, considerando a alta demanda e as reclamações dos lojistas, apenas 1 dos 33 candidatos aprovados no concurso de 2023 foi convocado, e o que está sendo feito em relação às outras duas vagas não preenchidas e aos demais aprovados no concurso. Ticiane responde que o primeiro colocado no concurso, Moacir, foi convocado em janeiro e já está desempenhando suas atribuições, incluindo a fiscalização não apenas aos sábados. Que o servidor trabalha em conjunto com Daniela e Ângelo, e está alocado na Secretaria de Administração para garantir contato com todas as secretarias. Embora exista a intenção de chamar os três colocados até o final do ano, de acordo com o RH, a Prefeitura atualmente só pode fazer contratações para reposição de exonerações, devido ao período eleitoral. Ela concorda com o Vereador Murilo que pelo menos mais um profissional deveria ter sido convocado para dividir as demandas, mas lamenta que apenas um tenha sido chamado até o momento. O Vereador Murilo questiona Ticiane sobre a quantidade de autos de infração emitidos pelos fiscais de postura, ao que ela responde não ter essa informação no momento. Ele então direciona sua pergunta ao Secretário de Trânsito, Verderi, sobre a necessidade de criar decretos para facilitar a fiscalização, ao que Verderi concorda e pede apoio do legislativo nesse sentido. O Vereador Marco esclarece que o decreto é um ato unilateral da Prefeita e não depende do Legislativo. Ele reconhece a questão do concurso para cargos de fiscal de postura, explicando que não serão chamados mais candidatos este ano devido a restrições orçamentárias. Ele enfatiza a importância da seriedade na abordagem dos problemas levantados pelos lojistas e a necessidade de

transparência. A Vereadora Daniela Branco de Rosa, por sua vez, aborda dois assuntos levantados pelos lojistas. Ela questiona sobre a quantidade de fiscais de postura e a falta de resposta em relação a um requerimento anterior. Também levanta a questão da fiscalização das calçadas livres, aprovada em 2022, e ressalta a importância da aplicação efetiva da fiscalização. Ângelo, o Secretário de Turismo, concorda com a Vereadora Daniela e promete intensificar a fiscalização a partir do próximo sábado. Verderi, por sua vez, explica sobre a calçada livre, enfatizando que a obstrução das calçadas prejudica o trânsito de pedestres e cadeirantes. Ele expressa sua frustração com a dificuldade de lidar com esse problema e sua ansiedade para discutir o assunto com a Prefeita em uma futura reunião. A Vereadora Daniela levanta questões sobre a aplicação da Lei discutida na audiência, questionando Verderi sobre sua análise e eventual Projeto que passará pela Câmara. Um comerciante chamado Tico expressa preocupação com a falta de execução da Lei, solicitando explicações sobre as razões para isso. Verderi responde destacando a existência da Lei e os instrumentos disponíveis para fiscalização, incluindo multas e autuações. A Vereadora Daniela reforça a importância da aplicação efetiva da lei e da colaboração entre o Poder Executivo e a Câmara para encontrar soluções. O Vereador Marco conclui enfatizando a responsabilidade do Executivo em aplicar a Lei, ressaltando a importância de não haver prevaricação. O Vereador Murilo concorda, destacando que a audiência não é para tomar decisões, mas para destacar a importância da aplicação da lei. O Vice-Prefeito Frazo parabeniza a audiência e destaca a necessidade de cumprir a lei para melhorar a imagem do município e atrair turistas. Ele enfatiza a importância dos pequenos empresários para a economia local e a necessidade de embelezar a cidade para manter sua classificação como estância turística. Após as explanações das autoridades, o Presidente Ricardo concede a palavra aos comerciantes presentes na audiência. A comerciante Ana Carla expressa suas preocupações e reclamações, destacando que o movimento dos comerciantes para resolver essas questões começou logo após a pandemia. Ela enfatiza a importância de não fugir do foco da discussão e solicita esclarecimentos sobre a atividade delegada e a fiscalização, especialmente no centro da cidade. Em seguida, a comerciante Janaia faz perguntas sobre como as medidas discutidas serão efetivadas, enfatizando a urgência da situação e pedindo garantias de que as ações serão implementadas sem a necessidade de contínuos lembretes dos comerciantes. O Secretário Ângelo responde, explicando que a fiscalização será intensificada a partir do próximo sábado, com a colaboração da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar. Janaia concorda com as falas anteriores e destaca a necessidade de uma fiscalização mais efetiva nos arredores do centro da cidade, onde muitos ambulantes não são fiscalizados. Ela pede uma ação imediata e solicita esclarecimentos sobre como será feita a fiscalização durante eventos como Corpus Christi e Expo. A Secretária Ticiane responde, explicando os procedimentos específicos para cada evento e garantindo que a fiscalização será intensificada. Por fim, a comerciante Janaia pede uma data para o início das medidas e



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

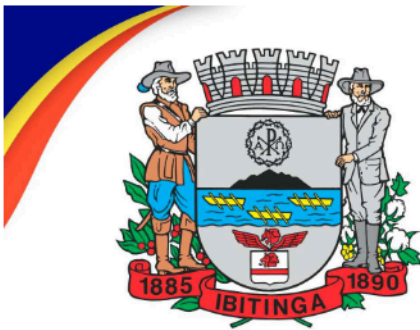
PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, segunda-feira, 03 de junho de 2024 - diario.eletronico@ibitinga.sp.gov.br - Ano VI - Edição 1.233

ênfata a importância de uma ação imediata. O Secretário Ângelo reafirma o compromisso da Prefeitura em agir rapidamente e destaca a importância de uma colaboração contínua entre o poder público e os comerciantes. Ticiane complementa, fornecendo detalhes sobre a regulamentação específica para cada evento e reiterando o compromisso da Prefeitura em garantir a aplicação da lei. Natália toma a palavra e destaca a importância de encontrar diretrizes claras para resolver o problema do comércio irregular. Ela enfatiza o impacto econômico significativo do setor comercial e a necessidade de cumprir os decretos e leis existentes. Natália ressalta que o foco não é na Feirinha, mas sim na regularização dos ambulantes e sua localização apropriada, citando espaços destinados a eles em Ibitinga. Ela questiona por que os comerciantes legalizados são fiscalizados e autuados enquanto os ambulantes irregulares não são, e pede por treinamento adequado para os responsáveis pela fiscalização. Além disso, Natália destaca a importância de reconhecer a dependência econômica de Ibitinga do comércio e ressalta que a falta de fiscalização prejudica a receita pública. Ela argumenta que o papel da prefeitura não é agir como polícia, mas sim promover o comércio e criar um ambiente favorável para os negócios. Natália pede por um plano de ação concreto e critica a inação da administração diante do problema dos ambulantes irregulares, destacando a eficácia de ações passadas. Mauricio Jean Machaalani complementa as discussões anteriores, destacando a importância do comércio para Ibitinga e questionando a falta de fiscalização e resposta por parte das autoridades. Ele ressalta o papel vital dos empresários na cidade e a necessidade de apoio da prefeitura e demais órgãos públicos para o desenvolvimento econômico local. Machaalani critica a ineficácia do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e questiona por que a fiscalização não é mais eficiente, sugerindo que a falta de ação está prejudicando os negócios legítimos. Ele também levanta questões sobre a regulamentação das feiras e eventos na cidade, mencionando a Expo como uma iniciativa bem-sucedida que prioriza o comércio local. Além disso, Machaalani destaca a necessidade de transparência e prestação de contas em relação aos eventos e investimentos públicos, ressaltando que a cidade precisa cuidar de sua imagem e infraestrutura para atrair turistas e investidores. Ele encerra seu discurso pedindo mais atenção e respeito aos comerciantes locais, que são essenciais para a economia da cidade, e faz um apelo emocionado às autoridades presentes para que tomem medidas concretas para resolver os problemas enfrentados pelos empresários de Ibitinga. A Senhora Milene, comerciante há 20 anos no centro da cidade, faz um desabafo semelhante aos demais, pedindo mais atenção das autoridades municipais, da fiscalização e da Polícia Militar. Ela destaca a importância de seguir. A comerciante expressa o desejo de trabalhar conforme a lei e pede ações concretas das autoridades para aqueles que não seguem. O comerciante Elói, que está no comércio há 5 anos, também faz um desabafo, pedindo mais presença das autoridades no centro da cidade. Ele destaca a necessidade de mais limpeza, mais banheiros públicos e uma melhor fiscalização dos semáforos para orientar os turistas. A comerciante

Nádia levanta questões sobre as abordagens aos vendedores ambulantes aos sábados e questiona até onde a prefeitura pretende expandir a feirinha. O Ângelo responde explicando os critérios para os vendedores participarem da feirinha e menciona uma intensificação na fiscalização a partir do próximo sábado. João Stanzani, da Associação Comercial, faz um apelo enfático para que a situação seja resolvida. Ele destaca a importância do comércio para Ibitinga e menciona a necessidade de seguir a legislação e acabar com o comércio ilegal. Stanzani destaca que a associação está atenta à situação e pede ações concretas para preservar a imagem e o potencial econômico da cidade. O comerciante Fernando, representante do Crochê Vitória, expressa sua preocupação com a revitalização do centro de Ibitinga. Ele destaca a importância do centro como atrativo turístico e enfatiza a necessidade de ações para torná-lo mais atraente e acolhedor para os visitantes. Fernando menciona a iniciativa da Associação Comercial e pede o apoio das autoridades para tornar o projeto de revitalização uma realidade. A Vereadora Alliny informa sobre o início das discussões do plano diretor de turismo na FAIBI e destaca a importância de Ibitinga como Estância Turística. Ela menciona a destinação de recursos do DADETUR para projetos de revitalização, ressaltando a necessidade de participação e envolvimento da comunidade nessas iniciativas. A secretária Ticiane comenta sobre a licitação para a finalização do teatro e estacionamento, além de mencionar o contingenciamento dos recursos do DADE pelo Estado. Ela destaca a importância da revisão do plano diretor para definir as prioridades de investimento em projetos de revitalização do centro. A Vereadora Daniela Branco enfatiza a necessidade de planejamento e execução gradual dos projetos de revitalização do centro, considerando a complexidade e a importância dessa iniciativa para a cidade. Ela destaca o comprometimento da Câmara Municipal com a questão do centro da cidade e a relevância desse tema nas discussões legislativas. Por fim, o comerciante Fernando agradece a oportunidade de participar da audiência e reforça a importância da revitalização do centro de Ibitinga para o desenvolvimento econômico e turístico da cidade. Ele expressa sua expectativa de que as autoridades levem em consideração as demandas apresentadas e tomem medidas concretas para promover a melhoria do centro urbano. O Vice-Prefeito Frauzo responde uma pergunta do comerciante Fernando, destacando a importância da participação popular nas discussões sobre o uso dos recursos do DADE, destinados a projetos turísticos e de revitalização. Frauzo enfatiza que, desde 2017, todas as decisões sobre o uso desses recursos são feitas pelo Conselho Municipal de Turismo (CONTUR). Ele reforça o convite para que a população participe dessas reuniões, pois é nesse fórum que se definem as prioridades de investimento, como a revitalização do centro, que precisa ser um atrativo para os turistas. O Tenente Gabriel Rossi explica a atividade delegada, uma parceria entre o município e o estado, onde policiais militares trabalham em suas folgas para atender demandas municipais, como a fiscalização de ambulantes. Ele esclarece que a prefeitura paga esses policiais, que continuam com suas funções normais, mas também atuam em funções específicas do



IBITINGA

DIÁRIO OFICIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA

PREFEITURA | SAMS | SAAE | FEMIB | LEGISLATIVO

R. Miguel Landim, 333 - Centro (16)3352-7000

Ibitinga/SP, segunda-feira, 03 de junho de 2024 - diario.eletronico@ibitinga.sp.gov.br - Ano VI - Edição 1.233

município. Durante a audiência, foram abordadas questões sobre a importância de denúncias e do papel ativo da comunidade na segurança pública. O Tenente Rossi destaca que a polícia está disponível 24 horas para atender às demandas da população e que a colaboração com a Guarda Civil Municipal e outros órgãos é essencial para a eficácia das ações. Finalizando, o Presidente Ricardo agradece a presença dos vereadores, autoridades municipais e comerciantes, reforçando que a Câmara Municipal está sempre disponível para ouvir e atender às demandas da comunidade. Ele encerra a audiência pública, destacando a importância da colaboração de todos para o desenvolvimento da cidade. . Resumo da Ata Eletrônica em áudio, disponibilizada no site oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, foi lavrada por mim, Adão Ricardo Vieira do Prado, Presidente da Câmara Municipal, às 22h40min, que assino junto com os demais Vereadores, ficando arquivado o áudio, papéis e documentos. Auditório da Associação Ibitinguense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 08 (oito) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

ADÃO RICARDO VIEIRA DO PRADO
Presidente

Demais: Vereadores

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CICESP

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços nº 02/2021

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2021; Contratante: Consórcio Intermunicipal do Centro do Estado de São Paulo – CICESP; CNPJ. nº 36.580.300/0001-34; Contratada: PUBLICA ASSESSORIA E SISTEMAS EM INFORMATICA LTDA - CNPJ. nº 13.286.494/0001-64; Respaldo legal: Processo Administrativo de Contratação nº 02/2021 - Modalidade Dispensa 02/2021; Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de execução por 12 (doze) meses, a partir de 01/06/2024; Objeto do Contrato: Locação de softwares nas áreas de contabilidade pública, recursos humanos e folha de pagamento com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, a implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, em conformidade com a discriminação no Termo de Referência; Valor Global: R\$ 16.200,00; Classificação dos recursos orçamentários: 01.01 Consórcio CICESP – Classificação Funcional: 04.122.0001.2001 Coordenação e Manutenção Administrativa - Categoria

Econômica/Elemento e Sub elemento Econômico: Categoria Econômica: 3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; Data de Assinatura: 29/05/2024; Ibitinga, 29 de maio de 2024. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI - Presidente do Consórcio; PUBLIQUE-SE.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

VLADIMIR DO CARMO REGGIANI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei 14.133/2021, e considerando toda a documentação que consta nos autos do Processo nº 01/2024 – Dispensa nº 01/2024, cujo objeto é Contratação de Seguro de Veículo Caminhão tipo Caval Mecânico, autorizo a contratação da empresa GENTE SEGURADORA, inscrita no CNPJ n.º 90.180.605/0001-02, pelo valor global de R\$ 10.042,59 (Dez Mil e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), para início imediata, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Classificação dos recursos orçamentários: 01.01 Consórcio CICESP – Classificação Funcional: 04.122.0001.2001 Coordenação e Manutenção Administrativa - Categoria Econômica/Elemento e Sub elemento Econômico: Categoria Econômica: 3.3.90.39.69 Seguros em Geral. Ibitinga, 13 de maio de 2024. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI - Presidente do Consórcio; PUBLIQUE-SE.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

VLADIMIR DO CARMO REGGIANI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72, da Lei 14.133/2021, e considerando toda a documentação que consta nos autos do Processo nº 01/2024 – Dispensa nº 01/2024, cujo objeto é Contratação de Seguro de Usina Móvel de Reciclagem de Resíduo de Construção Civil, autorizo a contratação da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ n.º 61.198.164/0001-60, pelo valor global de R\$ 18.562,78 (Dezoito mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), para início imediata, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021. Classificação dos recursos orçamentários: 01.01 Consórcio CICESP – Classificação Funcional: 04.122.0001.2001 Coordenação e Manutenção Administrativa - Categoria Econômica/Elemento e Sub elemento Econômico: Categoria Econômica: 3.3.90.39.69 Seguros em Geral. Ibitinga, 13 de maio de 2024. VLADIMIR DO CARMO REGGIANI - Presidente do Consórcio; PUBLIQUE-SE.